



DE ACORDO COM O EDITAL Nº 001/2026

IPATINGA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA - MINAS GERAIS

PROFESSOR DA EDUC. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Teoria da Educação
- ▶ Conhecimentos Específicos



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





IPATINGA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA - MINAS GERAIS

**PROFESSOR DA EDUC. INFANTIL E ENS.
FUNDAMENTAL**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº
001/2026

CÓD: OP-104AB-26
7908403591909

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de textos verbais e não verbais; informações explícitas e implícitas; Inferências ponto de vista do autor; sentidos do texto; Linguagem verbal, não verbal e mista	7
2. Aspectos semânticos do texto: significação contextual de palavras e expressões; denotação e conotação; sentido literal e figurado; relações de sentido (sinonímia, antonímia, polissemia, homonímia)	10
3. Recursos expressivos da linguagem e adequação vocabular ao contexto comunicativo.....	13
4. Funções da linguagem	15
5. Texto e discurso: intertextualidade; metalinguagem; vozes do discurso	16
6. Tipos de discurso: discurso direto, indireto e indireto livre	17
7. Tipologia textual e gêneros discursivos: estrutura composicional; objetivos comunicativos; contexto de circulação; aspectos linguísticos	20
8. Textualidade: coesão, coerência	21
9. Argumentação	22
10. Progressão textual	26
11. Variação linguística e adequação social da linguagem: registros formal e informal; norma-padrão	27
12. Fonética e fonologia: tonicidade; ortografia oficial	29
13. Acentuação gráfica.....	33
14. Emprego do sinal indicativo de crase, conforme as normas vigentes.....	34
15. Morfologia: classes de palavras; flexões, análise morfológica.....	35
16. Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; período composto por coordenação e subordinação; relações lógico-semânticas; análise sintática.....	42
17. Concordância verbal e nominal	46
18. Regência verbal e nominal.....	48
19. Colocação pronominal	50
20. Pontuação e seus efeitos de sentido no texto	51
21. Emprego da norma culta da língua portuguesa, conforme o Novo Acordo Ortográfico	53

Teoria da Educação

1. A Nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.....	61
2. A Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional - Lei N. 9394 de 20 de dezembro de 1996 (atualizada)	98
3. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica	118
4. Currículo Referência de Minas Gerais.....	128
5. Fundamentação das matrizes de avaliação da Educação Básica: estudos e propostas – DAEB/INEP/2014	128
6. Projeto Político pedagógico: conceitos e metodologia de elaboração segundo Celso Vasconcelos.....	129
7. SAEB – Sistema de avaliação da Educação básica: documento de referência/ 2018 - PDE/ SAEB	130
8. Plano de desenvolvimento da Educação/ 2011	130
9. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências	131
10. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/15	135
11. Resolução N. 5, de 22 de junho de 2012, que define diretrizes nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica	154

ÍNDICE

12. Lei N. 14.113, 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação (Fundeb)	161
13. Decreto N. 9.432, 9.432, de 29 de junho de 2018, regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica	176
14. DECRETO Nº 12.686, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025 - Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva e suas atualizações	177
15. Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja)	177

Conhecimentos Específicos Professor da Educ. Infantil e Ens. Fundamental

1. A gestão democrática na instituição educacional; A Organização do Trabalho Pedagógico	185
2. A Identidade, a formação e a profissionalização do docente	189
3. A construção, a efetivação e a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP)	192
4. Escola em Tempo Integral	193
5. Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394 de 1996 – Art. 1º ao 34 e 58 ao 67	197
6. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – Das páginas 5 a 133, da 191 a 201, da 211 a 227, da 263 a 295, da 319 a 339, da 351 a 377, da 395 a 413	207
7. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 1990 – Art. 1º ao 10, 15 ao 18-B, 53 ao 69, 74 ao 82, 131 ao 135	207
8. A importância da formação continuada, capacitações e atividades de atualização profissional para aprimoramento da prática educativa	212
9. Alfabetização e letramento: concepções e práticas	216
10. A brincadeira, o brincar, o jogo e a interação como eixos centrais do processo de ensino e aprendizagem	218
11. A concepção e o uso de tecnologias nas atividades educativas	219
12. Conceitos metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Língua Portuguesa, Educação Física, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes	220
13. O conceito e a prática de temas transversais e da interdisciplinaridade	222
14. Educação Especial: concepções, formação e prática docente	225

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS VERBAIS E NÃO VERBAIS; INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS; INFERÊNCIAS PONTO DE VISTA DO AUTOR; SENTIDOS DO TEXTO; LINGUAGEM VERBAL, NÃO VERBAL E MISTA

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.

- **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.

- **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

AMOSTRA

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

Em síntese, a compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

► Textos Verbais e Não-Verbais

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

Textos Verbais:

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

Textos Não-Verbais:

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

► Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

TEORIA DA EDUCAÇÃO

A NOVA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC: EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

A Base Nacional Comum Curricular é um documento que determina o conjunto de competências gerais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica — que inclui a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Esse conhecimento pretende assegurar uma formação humana integral com foco na construção de uma sociedade inclusiva, justa e democrática. Para a primeira etapa da Educação Básica, a escola deve garantir seis direitos de desenvolvimento e aprendizagem, de forma que todas as crianças tenham oportunidades de aprender e se desenvolver.

Após a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro de 2017, começaram as discussões visando a melhor forma de implementar as novas diretrizes da BNCC na Educação Infantil de todo o país.

Nessa etapa da Educação Básica, a BNCC define direitos de aprendizagem e os campos de experiências substituem as áreas do conhecimento do Ensino Fundamental. Em cada campo existem objetivos de aprendizado e desenvolvimento do aluno, em vez de unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

É responsabilidade das escolas garantir que seus alunos receberão, em sala de aula, as competências gerais estabelecidas pelo documento. Dessa forma, o cenário educacional nacional se torna mais justo e igualitário para todas as crianças.

O primeiro texto sugerido no projeto foi discutido e elaborado em conjunto com 116 especialistas em educação. A proposta foi aberta à consulta pública até março de 2016, quando foi revisada.

Em maio do mesmo ano, a segunda versão do documento foi divulgada. Quase um ano depois, em abril de 2017, a terceira e última versão foi revelada e apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

No mesmo ano, o CNE preparou audiências públicas em cinco regionais. O objetivo era alcançar colaborações para a elaboração da norma instituidora da BNCC. No dia 15 de dezembro, o projeto foi homologado e seguiu para a aprovação do Ministério da Educação (MEC).

A resolução que orienta e institui a implementação da BNCC na Educação Infantil e no Ensino Médio foi publicada no dia 22 de dezembro de 2017.

► Qual é o prazo para implementação nas escolas?

Existe um comitê especial responsável por acompanhar a implantação da nova base nas escolas públicas e privadas, que deverá ocorrer até o dia 31 de dezembro de 2020.

Até lá, o grupo de especialistas deve propor debates, discussões acerca dos temas referentes aos desafios da implementação e nortear ações a serem tomadas pelo governo para a concretização do novo currículo.¹

A base curricular do ensino brasileiro tem passado por diversas mudanças, dentre elas, temos a lei a seguir.

Lei nº 13.415/2017:

- Altera a LDB
- Altera o Fundeb
- Altera a CLT
- Revoga a Lei 11.161/2005
- Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

► Quais as implicações?

Implicações curriculares, com flexibilização e aligeiramento da formação

- Altera o formato de financiamento público com privatização
- Atinge a formação docente
- Impacta a docência da rede particular de ensino
- Não assegura novos recursos

► Implicações Curriculares

Carga horária do ensino médio será ampliada de forma progressiva (§ 1º, Art. 24 LDB – nova redação) para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017.

Ou seja, só existe prazo para se chegar às mil horas, ou seja, uma hora em relação a carga horária atual.

A Lei não faz referência clara como essa expansão irá acontecer no ensino médio noturno. Apenas determina que os sistemas de ensino disponham sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme o inciso VI do art. 4º.

O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica, mas não especifica se atingirá os itinerários formativos do ensino médio. É provável que não.

Obriga a oferta de língua inglesa a partir do sexto ano do ensino fundamental.

A Lei dispõe que a integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais. Portanto, não necessitará de ser tratado para o conjunto dos estudantes.

¹ Fonte: www.educacaoinfantil.aix.com.br

AMOSTRA

A inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na Base Nacional Comum Curricular dependerá de aprovação do CNE e de homologação pelo Ministro de Estado da Educação.

A BNCC definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas.

A parte diversificada dos currículos, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à BNCC e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural.

A BNCC referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia. Portanto, não haverá a obrigatoriedade de disciplinas.

Obrigatoriedade apenas para o ensino da língua portuguesa e da matemática nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas, e de língua inglesa.

Outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, poderão ser ofertadas de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.

A carga horária destinada ao cumprimento da BNCC não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio. Ou seja, próximo a 69% do total da carga horária.

► Itinerários Formativos

O currículo do ensino médio será composto pela BNCC e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de **diferentes arranjos curriculares**, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional.

Poderá ser composto **itinerário formativo integrado**, que se traduz na composição de componentes curriculares da BNCC e dos itinerários formativos.

Os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitarão ao aluno concluinte do ensino médio cursar mais um itinerário formativo de que trata o caput.

1. INTRODUÇÃO

► A Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de

aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.

Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013)³, mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

É imprescindível destacar que as competências gerais da Educação Básica, apresentadas a seguir, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB.

COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas,

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL; A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Administração escolar

A administração escolar é uma área essencial no contexto educacional, com o foco em gerenciar, organizar e liderar as instituições de ensino para garantir a eficácia e a qualidade do processo educacional. Ela abrange práticas de planejamento, controle, coordenação e avaliação, com a intenção de criar um ambiente propício ao aprendizado, que atende tanto às necessidades dos alunos quanto às expectativas dos profissionais da educação e da comunidade.

▪ Objetivos da Administração Escolar

Os principais objetivos da administração escolar incluem o desenvolvimento de políticas e diretrizes pedagógicas que promovam o sucesso acadêmico e pessoal dos alunos, o apoio à formação contínua dos professores e a promoção de um ambiente organizacional saudável e produtivo. É função da administração garantir que os recursos financeiros, humanos e materiais sejam bem alocados e utilizados, com o intuito de otimização do ensino e da aprendizagem.

▪ Principais Funções da Administração Escolar

A administração escolar se divide em várias funções principais:

- **Planejamento:** É o processo de definição de metas, estratégias e recursos necessários para alcançar os objetivos educacionais. Inclui a elaboração do projeto político-pedagógico (PPP), que define a identidade da escola e os caminhos a seguir.
- **Organização:** Envolve a distribuição e alocação de recursos e a criação de uma estrutura organizacional que facilita o fluxo de trabalho e o alcance dos objetivos pedagógicos e administrativos.
- **Coordenação:** Diz respeito à supervisão e à integração das atividades escolares, buscando garantir que todos os setores e profissionais da escola trabalhem de forma harmônica.
- **Direção:** Refere-se à liderança da equipe, onde o diretor ou gestor escolar atua como figura central na tomada de decisões e no incentivo à participação de toda a comunidade escolar.
- **Controle e Avaliação:** Estes são processos contínuos que visam avaliar o desempenho dos alunos, dos professores e da própria instituição, a fim de promover melhorias contínuas e ajustes necessários.

O Papel do Gestor Escolar

O gestor escolar, que inclui diretores e coordenadores pedagógicos, desempenha um papel crucial na administração escolar. Ele é responsável por liderar a equipe, promover a comunicação eficaz, estimular a participação ativa de alunos, pais e profissionais e garantir que as práticas educacionais sejam alinhadas com os objetivos institucionais e as exigências legais. Esse profissional também deve estar atento às mudanças nas políticas públicas educacionais, que impactam diretamente nas estratégias de gestão.

Desafios na Administração Escolar

A administração escolar enfrentou diversos desafios, como a escassez de recursos financeiros, a alta demanda por inclusão e equidade, a pressão por resultados acadêmicos, a motivação dos alunos e o suporte emocional e pedagógico aos profissionais. Além disso, a introdução de novas tecnologias e metodologias pedagógicas exige adaptações constantes e capacitação da equipe para que sejam inovações de maneira eficaz e integrada ao currículo escolar.

Impacto da Administração na Qualidade Educacional

Uma administração escolar eficaz influencia diretamente a qualidade educacional oferecida pela escola. Estudos apontam que escolas bem geridas apresentam um melhor desempenho acadêmico e maior satisfação entre alunos e professores. A liderança eficaz do gestor escolar também é um fator importante na construção de uma cultura escolar positiva, onde o aprendizado é valorizado e incentivado.

Tecnologia e Inovação na Administração Escolar

O uso de tecnologias de gestão e plataformas digitais na administração escolar tem transformado a forma como a gestão escolar é realizada. Ferramentas como sistemas de gestão acadêmica, comunicação digital com a comunidade escolar, e análise de dados de desempenho permitem uma visão mais abrangente e detalhada do ambiente escolar, auxiliando na tomada de decisões mais precisas e no acompanhamento contínuo dos resultados.

Participação da Comunidade e Parcerias

A administração escolar também deve se preocupar em envolver a comunidade no processo educacional, promovendo parcerias e ações conjuntas com os pais, empresas, universidades e outras instituições. A participação ativa da comunidade contribui para uma educação mais contextualizada e integrada às necessidades e características locais, e pode trazer recursos adicionais, tanto financeiros quanto de conhecimento, para enriquecer o ambiente escolar.

AMOSTRA

Desenvolvimento Profissional dos Educadores

A administração escolar também é responsável por promover o desenvolvimento profissional dos educadores, oferecendo treinamentos, capacitações e incentivos para que eles estejam sempre atualizados e motivados. Uma equipe docente bem qualificada é fundamental para a aplicação de metodologias modernas e para o acompanhamento das necessidades dos alunos.

Fundamentos sociais e políticos

A educação está profundamente vinculada ao desenvolvimento social e econômico de uma nação. Ela se torna essencial porque, ao nascer, o ser humano está totalmente desprovido da cultura e de qualquer traço cultural.

A educação, nesse processo de apropriação da cultura criada historicamente pela humanidade, é o que permite ao homem se tornar mais humano. Em outras palavras, a educação possibilita que a humanidade seja verdadeiramente humana, mas apenas na medida em que colabora com essa apropriação cultural.

A educação é responsável por mostrar aos indivíduos e à sociedade em geral os caminhos e as possibilidades de transformação. Por isso, ela recebe grande atenção de pesquisadores e governantes.

A própria necessidade capitalista de garantir a formação de mão de obra influencia, historicamente, os rumores da educação escolar em cada sociedade. É nesse contexto que surgem as políticas educacionais.

O termo “política” tem origem no grego *politikos*, que se refere ao cidadão e ao estado, e deriva de *polites*, que significa cidadão, relacionado à polis (cidade). Com esse mesmo termo, podemos identificar as atitudes do governo em relação às questões específicas, como a política educacional, a política social, entre outras.

As políticas educacionais, assim como qualquer outra política, envolvem uma série de elementos como debates, necessidades, interesse, legislação, opinião, valores, pragmatismo e relações de poder, muitas vezes desiguais.

Na prática, essas políticas podem ser nebulosas e, em algumas situações, até inexecutáveis, mas continuam a ser poderosos instrumentos de retórica, ou seja, formas de discutir o mundo e sugerir mudanças no modo como pensamos e fazemos as coisas.

O Estado é um dos principais locais onde a política se manifesta, sendo um ator central nesse processo. Em seu sentido mais simples, a política é uma declaração ou decisão sobre como as coisas devem ser feitas, podendo ser apenas simbólica, como uma forma de demonstração que há uma política formulada (BALL e MAINARDES, 2011, p. 13-14).

As políticas educacionais não são estáticas; elas são constantemente reformuladas pelos governos, o que se torna flexível e sujeito a mudanças. Cada política pode ser interpretada de diferentes formas, tanto por seus autores quanto por aqueles que a analisam.

Segundo MARTINS (1994), o conceito de espaço não pode ser restrito a um único local, mas deve ser entendido de forma plural, como espaços, pois as políticas educacionais se desenvolvem “onde há pessoas comprometidas com a tarefa de guiar uma criança para se tornar um modelo social de adolescente e, posteriormente, um jovem e adulto idealizado pelo grupo social em que ela está inserida”.

Portanto, a política educacional, embora não esteja presente em todos os lugares, se manifesta onde há educação, enquanto processo de socialização. Ela vai além do sistema escolar formal, pois extrapola seus limites, atingindo todos os grupos sociais, com práticas específicas e transmissão de conhecimento de pessoa para pessoa (MARTINS, 1994, p. 14).

Os professores devem ter pleno conhecimento das políticas educacionais em vigor. Apenas dessa forma será possível refletir sobre os rumores da educação, entender o interesse dos governos, compreender o que está implícito em cada programa e, finalmente, ter uma visão abrangente dos acontecimentos.

Compreender o significado de uma política pública exige ir além de sua esfera imediata, para entender o projeto social do Estado em sua totalidade e em contraposição ao momento histórico em questão. Acredita-se que, embora as políticas educacionais frequentemente adotem uma aparência humanitária e beneficente, elas refletem as contradições supracitadas (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2004, p. 9).

Os neoliberais defendem que, ao investir em programas sociais, os governos estão voltados para o crescimento e os aumentos do Estado, gerando aumento de impostos e encargos. No entanto, em relação à política educacional, observa-se que a influência do neoliberalismo não atinge essa área com a mesma intensidade que outras políticas sociais.

A educação, como um dos primeiros setores a receber intervenção estatal, é uma função permitida ao “Estado Guardião”. Por exemplo, Friedman não inclui a educação entre as 14 áreas que considera inadmissíveis para o financiamento público (AZEVEDO, 2004, p. 15).

As transformações econômicas e sociais, especialmente a partir da década de 1980, impuseram novas exigências à educação, exigindo a formulação e implementação de novas políticas educacionais. No campo político, os governos de Ronald Reagan nos Estados Unidos e de Margaret Thatcher na Inglaterra marcaram a ascensão do neoliberalismo de mercado, com a exclusão do liberalismo social-democrata, de tendência igualitária e estatizante. O papel do Estado foi minimizado, priorizando-se as leis de mercado e a valorização da iniciativa privada.

No Reino Unido, a revolução neoliberal privatizou bens e serviços, buscando erradicar a herança do intervencionismo estatal. Para Thatcher, o ideal neoliberal era criar um “capitalismo popular”, onde cada cidadão se tornaria proprietário e, portanto, capitalista. A privatização de empresas estatais na Inglaterra exemplificou esse modelo, permitindo que muitos trabalhadores comprassem ações das empresas nas quais trabalharam, quando estas foram privatizadas (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 111-112).

No contexto educacional brasileiro, os documentos Mãos à obra Brasil: proposta de governo (CARDOSO, 1994) e Planejamento Estratégico 1995/1998 (MEC, 1995) serviram de base para orientar as ações do governo. Dentre as iniciativas, o Programa Acorda Brasil focou na melhoria do ensino fundamental, alinhando-se ao Plano Decenal do governo Itamar Franco. Entre os principais pontos do programa estavam:

- Definir um padrão curricular mínimo para o Brasil;
- Descentralizar a compra e distribuição de livros didáticos e promover a melhoria de sua qualidade;



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

